

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE TECNOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIAS NA EDUCAÇÃO

Daiane Bairros Seeger

**A IMPORTÂNCIA DO USO PEDAGÓGICO DAS MÍDIAS IMPRESSA E
INFORMÁTICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA
ALUNA COM SÍNDROME DE DOWN INCLUÍDA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Sant'Ana do Livramento, RS
2018

Daiane Bairros Seeger

**A IMPORTÂNCIA DO USO PEDAGÓGICO DAS MÍDIAS IMPRESSA E
INFORMÁTICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA ALUNA
COM SÍNDROME DE DOWN INCLUÍDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Artigo de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Mídias na Educação (EAD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Mídias na Educação.**

Orientador: Msc. Mary Lúcia Pedroso Konrath

Santa Maria, RS
2018

Daiane Bairros Seeger

**A IMPORTÂNCIA DO USO PEDAGÓGICO DAS MÍDIAS IMPRESSA E
INFORMÁTICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA ALUNA
COM SÍNDROME DE DOWN INCLUÍDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Artigo de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Mídias na Educação (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Mídias na Educação**.

Aprovado em 20 de Dezembro de 2018.

Mary Lúcia Pedroso Konrath, Prof. Msc. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Luis Álvaro de Lima Silva, Prof. Dr. (UFSM)

Felipe Martins Müller, Prof. Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

A IMPORTÂNCIA DO USO PEDAGÓGICO DAS MÍDIAS IMPRESSA E INFORMÁTICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA ALUNA COM SÍNDROME DE DOWN INCLUÍDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

THE IMPORTANCE OF THE PEDAGOGICAL USE OF IMPRESSED AND COMPUTER MEDIA IN THE DEVELOPMENT PROCESS OF A PUPIL WITH DOWN SYNDROME INCLUDED IN CHILD EDUCATION

Daiane Bairros Seeger²
Mary Lúcia Pedroso Konrath³

RESUMO

Este artigo mostra alguns resultados práticos do uso das mídias impressa e informática como recursos de apoio ao processo de desenvolvimento de uma aluna com síndrome de down na educação infantil de uma escola privada de Santa Maria a partir do atendimento em sala de aula e também no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesta oportunidade, são apresentadas as reflexões de como o uso destes recursos a partir da mediação pedagógica de ambos os professores pode provocar mudanças e alicerçar novas aprendizagens, a partir de um currículo com atividades adaptadas às necessidades desta criança. A pesquisa buscou investigar como o processo criativo e interativo através do uso da mídia impressa e informática podem contribuir para o aprendizado de alunos com síndrome de down, de crianças de 4 a 6 anos da educação infantil a partir da mediação pedagógica em sala de aula e da educadora especial? O objetivo é refletir sobre como o uso das mídias impressa e informática podem facilitar o processo de aprendizagem de crianças com síndrome de down incluídas na educação infantil. Assim, buscaram-se estratégias e atividades que dessem conta de garantir as aprendizagens desta aluna nos diferentes contextos e situações vivenciadas por ela, usando como suporte os recursos impressos e do computador. A metodologia desta pesquisa passa por uma revisão de literatura, assim como se buscou experiências similares em outras pesquisas. A conclusão extraída desse estudo, diz respeito às possibilidades da utilização das mídias impressas e informática em sala de aula e no AEE com a aluna incluída na Educação Infantil. E também aos diferentes avanços significativos relacionados aos aspectos sociais, cognitivos, motores, obtidos pela aluna, mas salientando que ela necessita de estímulos contínuos para continuar se desenvolvendo.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia impressa; Informática; Síndrome de Down.

ABSTRACT

This article shows some practical results of the use of printed and computer media as resources to support the development process of a student with Down Syndrome in the early childhood education of a private school in Santa Maria from attendance in the classroom and also in the Service Educational Specialist (AEE). In this opportunity, the reflections are presented on how the use of these resources from the pedagogical mediation of both teachers can provoke changes and support new learning, from a curriculum with activities adapted to the needs of this child. The research sought to investigate how the creative and interactive process through the use of print media and computer science can contribute to the learning of students with down syndrome, children from 4 to 6 years of early childhood education through pedagogical mediation in the classroom and of the special educator? The goal is to reflect on how the use of print and computer media can facilitate the learning process of children with Down syndrome included in early childhood education. Thus, strategies and activities were sought that ensured the student's learning in the different contexts and situations experienced by her using the printed and computer resources as support. The methodology of this research goes through a literature review, as well as similar experiences were sought in other researches. The conclusion drawn from this study concerns the possibilities of the use of printed and computer media in the classroom and in the AEE with the student included in Early Childhood Education. And also to the different significant advances related to the social, cognitive, motor aspects, obtained by the student, but emphasizing that she needs continuous stimuli to continue developing.

KEYWORDS: Printed media; Computing; Down's syndrome.

¹Artigo apresentado ao Curso de Mídias na Educação da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial à obtenção de Especialista em Mídias na Educação.

²Aluna do Curso de Mídias na Educação da Universidade Federal de Santa Maria.

³Professora Orientadora, Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças tecnológicas estão avançando a cada dia e fazem parte integralmente do cotidiano das pessoas, inclusive para as crianças e adolescentes em idade escolar, perpassando todos os níveis de ensino a partir da educação infantil. Os recursos tecnológicos podem auxiliar na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos nos diferentes níveis de ensino, principalmente com o aluno com deficiência. Cada aluno possui a sua especificidade e não é diferente com aqueles que tem alguma deficiência, sendo assim, cada criança incluída necessita de recursos variados que venham a contribuir e apoiar o seu processo de ensino-aprendizagem.

A partir destes avanços tecnológicos, compete às escolas e professores repensar e buscar alternativas para utilização dos diferentes recursos tecnológicos como forma de dar suporte as necessidades de aprendizagem das crianças, usando estes recursos em benefício para o ensino-aprendizagem dos educandos. É muito importante o professor se apropriar das novas tecnologias, sabendo aproveitá-las como recursos que dêem suporte para incrementar a sua prática pedagógica.

A Educação Infantil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96 passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica e assim deve-se levar em conta que essa etapa é essencial na formação dos sujeitos. Sendo assim, a proposta desta pesquisa é investigar como o processo criativo e interativo através do uso da mídia impressa e informática podem contribuir para o aprendizado de alunos com síndrome de down, de crianças de 4 a 6 anos da educação infantil a partir da mediação pedagógica em sala de aula e da educadora especial?

De tal modo, esta pesquisa objetiva refletir sobre como o uso das mídias impressa e informática podem facilitar o processo de aprendizagem de crianças com Síndrome de Down incluídas na Educação Infantil.

Esse trabalho é um recorte da pesquisa “Estágio Supervisionado/Déficit Cognitivo”, ao qual se deu durante três meses, no período de setembro a novembro de 2014 em uma escola privada da cidade de Santa Maria. A proposta foi desenvolvida no turno da tarde, duas vezes por semana, dividindo este espaço em dois momentos, um exclusivo para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e outro em sala de aula compartilhando a docência.

Nesse estágio a prioridade foi o AEE com uma aluna da Educação Infantil nível AI, que tem como condição a Síndrome de Down (SD). Além disso, foi trabalhado a partir da

perspectiva da Bidocência na turma ao qual a aluna estava inserida. Trabalho este que necessitou da colaboração, juntamente com a professora da turma buscando e criando possibilidades com o objetivo comum de beneficiar o processo de ensino-aprendizagem escolar da aluna.

O artigo está organizado em seis seções. Na segunda seção apresenta-se o referencial teórico, etapa ao qual se apresenta inicialmente a documentação que norteia as práticas da Educação Infantil, após a fundamentação da prática pedagógica para alunos com déficit cognitivo e finaliza-se essa etapa com as Mídias Impressas e Informática e seu uso em sala de aula e no AEE como recurso de apoio ao processo de aprendizagem do aluno com deficiência.

Na terceira seção, apresentam-se trabalhos correlatos relacionados à pesquisa. Finalmente, na quarta seção apresenta-se em detalhes como a pesquisa se deu. Por fim são apresentados os resultados, considerações finais e referências utilizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Documentação que norteia as práticas da Educação Infantil

É a partir da Constituição de 1988, que a Educação Infantil, passa a ser uma etapa reconhecida, que prevê o direito de todas as crianças de 0 a 5 anos à educação, sendo dever do Estado promover que esse direito seja alcançado. Mais tarde com a LDB (9.394/96), que também especifica essa fase como sendo essencial, valorizando a criança como sujeito social e histórico.

Assim a “[...] LDB de 1996 afirma que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e assegura o direito de todos à educação. Coloca-se, assim, a necessidade de ações educativas de qualidade, o que demanda a formação dos profissionais da educação infantil, questão básica na educação da criança de 0 a 6 anos” (KRAMER, 2005, p.19).

Então, a educação infantil ao longo da história sofreu alterações positivas, no que se refere a sua visibilidade e importância para a formação social e histórica da criança.

Sobre a prática pedagógica dos professores da Educação Infantil, há uma grande responsabilidade no trabalho pedagógico, pois deve ser pensado a partir de uma prática voltada para uma formação global do aluno, que tem necessidades específicas, principalmente levando em conta a ludicidade, a socialização e o cuidar sempre articulado com o educar. Assim, essa prática deve atender a todas as necessidades da criança possibilitando o seu desenvolvimento integral.

Através do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1998, passou-se a compreender como a prática pedagógica deve ser pensada e estruturada. Este foi um documento importante e serviu como norteador para a elaboração da proposta pedagógica na Educação Infantil. Em relação aos objetivos gerais da Educação Infantil, o documento destaca que a prática desenvolvida nas instituições de Educação Infantil deve ser organizada para que as crianças desenvolvam algumas capacidades específicas.

O referencial ainda destaca que, para que os objetivos da Educação Infantil sejam alcançados, o cuidar e o educar devem estar integrados e que as atividades desenvolvidas, necessitam ser sempre significativas para os sujeitos educandos e condizentes com sua realidade local.

Sendo assim, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil é baseado em cinco princípios básicos (BRASIL, 1998, p.13), sendo eles:

1. O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, éticas, religiosas etc.;
2. O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
3. O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e a estética;
4. A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
5. O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Portanto, o referencial é um documento norteador das ações das instituições de Educação Infantil e pode ser ajustado de acordo com a realidade e necessidades das instituições.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil foram disciplinadas inicialmente na Resolução CNE/CEB de 1999. Mas, foram revistas pelo parecer CNE/CEB nº 20/2009, pelo qual foi aprovada a Resolução CNE/CEB nº 5, de 2009, que estabeleceu as diretrizes para a educação infantil de crianças que completam quatro ou cinco anos até 31 de março do ano que acontecer a matrícula.

As Diretrizes visam orientar as instituições de Educação Infantil na organização, articulação e também no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas. Os

artigos 3º e 4º da Resolução CNE/CEB 5/2009 esclarecem as exigências dos fundamentos norteadores que as propostas pedagógicas devem desenvolver:

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Então, o currículo defendido nas Diretrizes vem aliado às novas mudanças da Educação Infantil, na qual o foco é a ação mediadora, buscando o despertar a partir dos interesses dos alunos, partindo das vivências diárias das crianças, respeitando e entendendo que os alunos possuem conhecimentos prévios, ou seja, conhecimentos anteriores aos que são ou serão ofertados na escola.

Mais recentemente, foi elaborada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um documento normativo, o qual define “[...] o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)”. (BNCC, 2017, s.p.).

Este documento é derivado das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) e está orientado “pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva [...]” (BNCC, 2017, s.p.).

Através da BNCC preconiza-se que seja assegurado ao estudante o desenvolvimento de competências que promovam no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência “[...] é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e

socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2017, s.p).

Os fundamentos pedagógicos desta base são o foco no desenvolvimento de competências e o compromisso com a educação integral. As Competências Gerais na Educação Infantil a partir da base estão divididas em (1) Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento e (2) Campos de Experiências, conforme pode ser observado através da figura 1.



Figura 1 – Competências Gerais na Educação Infantil segundo a BNCC (2017).

Fonte: Esquema extraído de PAR (Plataforma Educacional)

Os eixos estruturantes da Educação Infantil segundo a BNCC são interações e brincadeira. Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que devem ser assegurados são: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se.

Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC estabelece também cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver: (1) O eu, o outro e o nós, (2) Corpo, gestos e movimentos, (3) Traços, sons, cores e formas, (4) Escuta, fala, pensamento e imaginação e (5) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Em cada campo de experiências, são definidos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento organizados em grupos por faixa etária. Esta divisão é feita em três grupos: (1) Bebês que compreende entre 0 a 1 ano e 6 meses, (2) Crianças bem pequenas que compreende entre 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses e (3) Crianças Pequenas que compreende entre 4 anos e 5 anos e 11 meses).

A partir da documentação que norteia as práticas da Educação Infantil, novas propostas surgem para dar conta de renovar o cotidiano das escolas, fazendo com que os professores repensem seu trabalho nesses espaços.

As escolas estão em constantes adaptações para ofertar um espaço adequado para as aprendizagens e desenvolvimento dos seus alunos, pois a concepção de criança vem mudando ao longo dos anos e isso requer um olhar especial das escolas, professores e todos os envolvidos.

As transformações tecnológicas fazem parte integralmente do dia a dia das pessoas, inclusive das crianças e adolescentes. Para alguns adultos o mundo das tecnologias assusta um pouco, mas para as crianças e adolescentes é comum e diário o contato com computadores, *tablets*, aparelhos celulares, entre outras tecnologias.

Existem algumas preocupações em relação ao uso em excesso e sem planejamento, pois pode ser prejudicial ao desenvolvimento das crianças, inclusive em relação ao convívio social que fica comprometido, pois algumas crianças acabam não interagindo com o meio.

Sendo assim, as escolas necessitam se adequar as exigências da sociedade atual, e isso requer e exige dos professores um olhar especial para cada criança, conhecendo e reconhecendo o jeito de cada um e buscando estabelecer uma relação satisfatória com seus alunos.

Os recursos tecnológicos podem auxiliar na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com síndrome de down nos diferentes níveis de ensino, principalmente na primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil, porém todo e qualquer recurso utilizado deve ser planejado a partir do desenvolvimento de um projeto didático, por exemplo.

2.2 Fundamentação da prática pedagógica para alunos com déficit cognitivo

Inicialmente, quando começou a ser estudada a Deficiência Mental (DM), esta era vista a partir de uma perspectiva clínica, nesta o sujeito era classificado por obter um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média. Em contraposição considera-se o desenvolvimento desse aluno com DM numa perspectiva socioantropológica, em que são consideradas suas potencialidades, aquilo que deve ser estimulado.

Para contribuir com o escrito acima, López Melero (2003, p. 284) afirma que:

Nós pensamos que o diagnóstico não pode ser algo perverso. Ao contrário, o diagnóstico é como o umbral do conhecimento, é como uma porta aberta à indagação e à descoberta: é um convite à busca permanente e sempre há de ter um

caráter provisório. O desenvolvimento humano não consiste só em assinalar o que alguém é agora, mas o que pode ser com a ajuda educativa dos demais e com a cultura.

Ou seja, acredita-se que o diagnóstico não deve rotular o aluno, mas sim servir de apoio para o educador especial, auxiliando para que ele possa promover o desenvolvimento do educando. Para isso, é importante que o educador tenha conhecimento das regras do desenvolvimento geral e do modificado por alguma deficiência.

Pensando a partir dessa perspectiva, na qual o aluno com DM é um sujeito que possui condições de aprender, respeitando apenas a sua necessidade de adequações e tempo, adaptadas as suas necessidades.

A função dos educadores especiais é procurar conhecer e entender o processo de desenvolvimento do aluno com DM, saber seus interesses, preferências e peculiaridades. Entender que esse aluno já possui conhecimentos trazidos de contextos sócio-culturais que esteve e está inserido, sendo estes anteriores aqueles que lhes são ofertados na escola.

Tendo uma “prévia” deste aluno, parte-se para a desconstrução dos enunciados conceituais a ele destinado, dimensionando seu processo de desenvolvimento com base em positividade para narrar sua aprendizagem. Esse processo se faz trazendo problemas para o aluno vir a organizar o seu pensamento através de conflitos cognitivos. Depois de entender e conhecer esse aluno, o planejamento é traçado para trabalhar a partir de suas possibilidades e potencialidades percebidas através da interação com o aluno, suas relações e também na realização do que lhe for proposto.

Lembrando que, as crianças aprendem através de mediadores culturais, de caminhos diretos, ou seja, por processos que são considerados naturais. Entretanto, alguns alunos e inclusive o aluno com DM necessitam de rotas alternativas, de caminhos indiretos (caminhos alternativos) para que haja o aprendizado e desenvolvimento, pois os alunos com DM necessitavam de diferentes elementos que compensem essa dificuldade existente. E para tanto é função do educador especial encontrar e planejar criativamente rotas alternativas de desenvolvimento de habilidades.

Vigotsky (1983) afirma que pode haver uma substituição através da qual o cego pode ler não com a visão, mas com o tato e o surdo pode compreender a fala do outro não com os ouvidos, mas com os olhos. Portanto o processo de compensação está dirigido, não ao complemento total do “defeito”, mas sim à eliminação das dificuldades criadas por este “defeito”.

Segundo Dainêz (2009):

O processo de compensação é adotado aqui como ponto primordial na superação de uma dificuldade causada tanto organicamente, quanto socialmente. A partir de uma complexa reestruturação da atividade psíquica, a perda de uma função é compensada sócio psicologicamente por outra. Neste processo, o meio social assume papel imprescindível, possibilitando ou não formas para a superação do déficit. (p. 33).

Assim, a compensação ainda é uma tarefa complicada, pois é um conceito de difícil compreensão. Não se pode ver a compensação como uma eliminação do defeito, mas sim como um caminho diferenciado para obter sucesso nos objetivos no qual as relações sociais tem um papel importante, pois o sujeito nunca abandonará suas características orgânicas, mas irá através dessas relações estabelecer uma maneira única de ser e estar no mundo. Vigotsky apud Carneiro diz que “[...] é da vida social das crianças, das oportunidades de acesso aos signos culturais, nos quais encontra o material para construir funções psicológicas superiores que lhe permitam estar inserida nas práticas sociais de seu grupo cultural” (2008, p. 42).

Sendo assim, acredita-se que o sujeito desenvolve suas funções psicológicas superiores a partir de suas vivências, estabelecendo significados compartilhados por seu grupo cultural que possibilitarão a interpretação do mundo no qual está inserido. Por isso, o educador especial e o AEE tem um importante papel no desenvolvimento das funções psicológicas superiores deste aluno com DM.

O AEE, segundo BRASIL (2009),

Este atendimento tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno, por meio de serviços, recursos e estratégias que viabilizem a aprendizagem e a participação efetiva do sujeito na sociedade. Os professores que atuam no AEE devem ter formação inicial que os habilitem para a docência e formação específica para a educação especial. (s/p).

Então, o AEE é um espaço destinado a possibilitar caminhos indiretos para que o aluno organize seu pensamento e assim internalize conceitos que naturalmente ele tem dificuldade, neste contexto o educador especial tem o lugar de mediador da aprendizagem de seu educando. Para Oliveira “[...] mediação em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento (2002, p. 26)”.

Assim, o papel do educador especial no AEE, é buscar práticas pedagógicas e alternativas metodológicas que enriqueçam e completem o desenvolvimento do aluno, por meios de recursos e atividades que explorem o desenvolvimento da atenção, memória e

concentração sempre o instigando, problematizando e promovendo desequilíbrios em sua aprendizagem.

O principal elemento desta relação de mediação é a motivação do sujeito e do professor em oferecer motivos para que ele queira e tenha prazer em aprender.

Pensando a partir da perspectiva da Educação Inclusiva é que estes alunos com Déficit Cognitivo estão inseridos na sala de aula regular. Acredita-se que esse apoio do educador especial pode dar-se não apenas no atendimento individual, mas também a professora que atua em sala de aula, aos pais dos alunos, aos demais alunos e a direção da escola. Dentro da sala de aula pode haver essa colaboração, que pode ser denominada de Bidocência, para atender as necessidades dos alunos incluídos e compartilhamento de ações pedagógicas comuns que atendam as necessidades dos alunos de uma determinada turma.

Para contribuir com o escrito acima, Honnef afirma que “Nesse sistema têm-se dois profissionais, dedicados e engajados com os compromissos educacionais, trabalhando coletivamente com o intuito de conseguir suprir os problemas educacionais e ensinar a todos os alunos de uma classe inclusiva” (2009, p. 8038).

A experiência da Bidocência permite entender, de outra maneira, a atuação dos alunos frente as atividades propostas pela professora. Assim, os profissionais da educação especial podem buscar contribuir no ensino-aprendizagem das turmas, dando ênfase aos alunos incluídos e colaborando com os demais alunos com suas diversas especificidades e necessidades.

2.3 Mídias Impressas e Informática e seu uso em sala de aula e no AEE como recurso de apoio ao processo de aprendizagem do aluno com deficiência

A utilização das mídias na educação são ferramentas que auxiliam na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos no contexto escolar e enriquecem o trabalho docente, devem ter seu uso planejado para que sejam usadas de forma adequada.

Para tanto, é de extrema importância que escolas e professores se apropriem das ferramentas oriundas das novas tecnologias, se apropriando destas para então a partir disso, planejar o uso destes recursos, pensando quando usar, como usar, quais objetivos, como avaliar, entre outros elementos que fazem parte do planejamento. Então, todo e qualquer recurso utilizado deve ser planejado a partir do desenvolvimento de um projeto didático ou plano de aula, tendo sempre um plano alternativo para ser posto em prática.

No desenvolvimento dos planejamentos devem-se ser levados em conta os conhecimentos prévios referentes aos recursos tecnológicos que são adquiridos pelos alunos fora do espaço escolar, pois é comum e diário o contato com computadores, *tablets*, aparelhos celulares, entre outras tecnologias e mídias.

Percebe-se que é uma “tarefa” difícil para a escola e professores darem conta da elaboração e conseqüentemente da utilização dos recursos em prol da educação, pois são vários pontos que devem ser levados em conta antes de colocar em prática a sua utilização.

Os educadores juntamente com seus alunos devem se envolver e buscar uma maneira satisfatória na utilização dos diferentes recursos e ferramentas, principalmente os que permitem a interação entre o sujeito e objeto de estudo/conhecimento e também entre os pares.

Diferenciar o ensino é desenvolver uma gestão flexível de currículo em que adequações curriculares, currículos alternativos ou funcionais sejam previstos. As adequações curriculares, de acordo com Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), podem ser compreendidas como: “[...] estratégias e critérios de situação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar à ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola” (BRASIL, 1998, p.15).

De tal modo, os alunos com deficiência precisam de variados recursos para que haja o aprendizado e desenvolvimento adequado, pois eles necessitam de diferentes elementos que compensem a dificuldade existente. E de tal maneira é função do educador especial juntamente com os demais profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do aluno, encontrar e planejar criativamente rotas alternativas que venham a apoiar esse processo.

Pensando a partir dessa perspectiva, na qual o aluno com deficiência é um sujeito com condições de aprender e de se desenvolver apenas precisando de adequações nas atividades ofertadas e no tempo para realização da mesma.

Para fundamentar a prática da educação especial no AEE e na sala de aula junto ao professor, utilizam-se os mais diversos recursos que colaborem com a aprendizagem do sujeito com deficiência, como as mídias impressas e informática.

A mídia impressa é uma ferramenta antiga, sendo a mais acessível a todos. Existem diferentes tipos de mídias impressas que são utilizadas em sala de aula e no AEE, as quais são ferramentas de apoio ao processo de ensino-aprendizagem como os livros, jornais,

propagandas, histórias em quadrinhos, revistas, mapas, entre outros materiais impressos. Estes podem ser disponibilizados pelos professores ou até mesmo criados pelos próprios alunos.

A mídia impressa faz parte do cotidiano das escolas através dos livros, livros didáticos, livros paradidáticos, livros de literatura e os livros de histórias. Quando as crianças chegam à escola, muitas vezes elas sabem narrar fatos ou até mesmo contar histórias sobre suas experiências diárias, e com os estímulos do ambiente escolar esta habilidade vai se intensificando e desenvolvendo a partir da interação com o outro, dos conteúdos, dos objetivos, dos recursos ofertados, livros, entre outros elementos próprios da Educação Infantil.

[...] A criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheiam livros, fingem Lê-los, brinca de escrever, ouve historia que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança ainda é “analfabeta” porque ainda não aprendeu a Ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é de certa forma, letrada [...]. (SOARES, 2009, p. 24).

Para o aluno com deficiência, tem-se um processo diferenciado de desenvolvimento, em virtude de suas dificuldades e precisam de uma atenção especial, de um trabalho distinto de seus colegas, sendo que os professores devem entender sua maneira de aprender e se preocupar com a metodologia usada em sala de aula e no AEE.

Por isso acredita-se nas perspectivas da mediação do conhecimento com o aluno. Para Oliveira (2002, p. 26) “[...] mediação em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; e relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento”.

Tomando o professor como mediador entre a aprendizagem e o aluno, entende-se que sua tarefa não é apenas de ensinar os conteúdos curriculares, mas também garantir aos seus alunos a conquista do saber. Agindo de maneira a compreender como se dá o aprendizado destes e notando as dificuldades encontradas por eles em seu percurso escolar. Fantin diz que

[...] As mídias não só asseguram formas de socialização e transmissão simbólica, mas também participam como elementos importantes da nossa prática sociocultural na construção de significados da nossa inteligibilidade do mundo e apesar destas mediações culturais ocorrerem de qualquer maneira, tal fato implica a necessidade de mediações pedagógicas [...] (2006, p. 27).

Os computadores no meio educacional auxiliam no desenvolvimento das metodologias dos professores, pois abordam uma nova concepção de ensino-aprendizagem, pois é uma ferramenta que oportuniza inúmeros programas educacionais e também oferece diferentes modalidades de uso.

Para contribuir, Mercado escreve:

[...] a escola tem que formar cidadãos íntegros, comprometidos com o futuro do planeta. Seres capazes de reconhecer as riquezas existentes nas diferentes formas de ser, de pensar e de viver. Pessoas conscientes de que o crescimento coletivo tem tanto significado quanto o seu crescimento pessoal e capazes de interagir com a nova geração tecnológica (2005, p 95).

Pensando a partir da perspectiva da inclusão, o uso de recursos da informática é um importante instrumento para facilitar o desenvolvimento de diferentes funções, como, percepção, cognição e emoção. Facilitando e estimulando também o desenvolvimento das funções neuropsicomotoras que envolve diferentes aspectos: discriminação e memória auditiva e visual; memória sequencial; coordenação viso-motora; orientação espaço/temporal; controle de movimentos.

Sendo assim, o aluno com deficiência necessita de estímulos e mediações constantes para obter sucesso em sua vida pessoal e escolar. Vigotsky apud Oliveira, confirma quando trabalha “[...] com a noção de que a relação do homem com o mundo não é uma relação direta, mas fundamentalmente, uma relação mediada. As funções psicológicas superiores apresentam uma estrutura tal que entre homem e o mundo real existem mediadores, ferramentas auxiliares da atividade humana” (2002, p. 27).

Portanto na escola o (a) professor (a) tem papel fundamental de mediar o aprendizado dos alunos, despertando curiosidades e motivações para eles quererem estar no espaço escolar. Um professor contagiado pela literatura e o uso das tecnologias como recurso de ensino-aprendizagem, provavelmente contagiará os seus alunos também. Lembrando que a família também tem papel importante no desenvolvimento do aluno, pois ele necessita de um espaço familiar onde encontrará também suporte necessário para o seu desenvolvimento.

3 TRABALHOS CORRELATOS DO USO DE MÍDIAS NA INCLUSÃO

A seguir, algumas pesquisas com relação à utilização do uso das Mídias na Inclusão, como um instrumento tecnológico auxiliando a prática pedagógica.

No trabalho “Educação Inclusiva: Um estudo sobre o uso das mídias nas salas de recursos multifuncionais do município de Imbé/RS” de Simone Maria Malesczyk (MALESCZYK, 2015) apresenta-se um estudo sobre a Educação Inclusiva na perspectiva do atendimento educacional especializado, a partir das salas de recursos multifuncionais do

município de Imbé. É um trabalho realizado com sete professoras, sendo que seis são responsáveis por cada uma das salas multifuncionais e uma supervisora de todas as salas.

Para o levantamento dos dados foi utilizado o questionário do qual foi gerada uma planilha. A pesquisa ressalta o quanto às salas de recursos multifuncionais estão auxiliando nas práticas de educação inclusiva nas escolas envolvidas e traz também o desenvolvimento dos atendimentos educacionais especializados, onde os professores desenvolvem juntamente com seus respectivos alunos um trabalho utilizando recursos diferenciados como aprender a utilização das ferramentas de Tecnologia Assistiva (TA). Entretanto, esse estudo aponta para a importância do diálogo entre professores das salas regulares e sala de recursos multifuncionais, bem como a necessidade da família e escola estarem articuladas para que se qualifique o processo de inclusão.

Outro trabalho investigado é uma dissertação de mestrado intitulada “O Papel da Informática na Aprendizagem em Crianças e Adolescentes Portadores de Deficiências Cognitivas” de Ana Araújo do Pombal (POMBAL, 2009). Essa dissertação explorou o uso de computadores e verificou quais os benefícios para os alunos com deficiências cognitivas e de que maneira deveria ser desenhado o software para que os alunos o compreendessem e conseguissem utilizá-lo. O estudo foi dividido em quatro fases, e uma das fases foi à busca para compreender o estilo da aprendizagem dos alunos com deficiência mental e também qual software mais importante para eles. Foi desenvolvido em outra fase o protótipo de software interativo com formato de jogo de perguntas relacionado ao tema de estudo do meio (2º ano). Os alunos foram observados e o estudo conclui que eles preferem realizar trabalhos utilizando o computador em comparação ao papel e caneta. Os alunos gostaram de utilizar o computador e demonstraram motivação, concentração e sorrisos.

A pesquisa “Informática como Instrumento de Intervenção Psicopedagógica em Crianças com Síndrome de Down” de Emmerson Morvan Conceição de Araújo (ARAÚJO, 2009) propõe-se a descrever um estudo de caso de um jovem com Síndrome de Down inserido em escola regular. O estudo tem como foco inicial a utilização do computador como instrumento de diagnóstico e acompanhamento em atividades voltadas para o enriquecimento do potencial do aluno. Araújo destaca a importância da utilização do computador como instrumento de aprendizagem, pois alunos com SD apresentam limitações para a realização de algumas tarefas, e assim os softwares educativos e jogos contribuem para o desenvolvimento cognitivo do sujeito.

A partir dos estudos pesquisados e citados acima, percebe-se que o trabalho do Araújo (2009) é o que se aproxima da proposta apresentada nesse artigo, pois tem como foco o uso da mídia informática com aluno com SD inserido em escola regular.

4 METODOLOGIA

4.1 Primeira etapa: Observação, histórico, documentação e planejamento.

A pesquisa e suas ações se deram durante três meses, no período de setembro a novembro de 2014 em uma escola privada da cidade de Santa Maria. A proposta foi desenvolvida no turno da tarde, duas vezes por semana, dividindo este espaço em dois momentos, um exclusivo para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e outro em sala de aula trabalhando a partir da perspectiva da Bidocência na turma ao qual a aluna estava incluída.

A prioridade foi o AEE com uma aluna da Educação Infantil nível AI, que tem como condição a Síndrome de Down (SD). Para a realização da proposta foram feitas observações para conhecer a aluna, a rotina escolar, seus colegas, professora e posteriormente a elaboração da proposta norteadora e os planejamentos.

A aluna “D” tinha 6 anos, nasceu no dia 30 de março de 2008 com diagnóstico de Síndrome de Down. Estava inserida em uma turma de pré-escola nível AI, que continha 12 alunos com faixa etária de aproximadamente 4 anos. Segundo a documentação da aluna, era seu primeiro ano na escola e nunca havia sido inserida em nenhum contexto escolar. Conforme laudo médico, a aluna necessitava de fisioterapia motora e educadora especial, mas não estava tendo atendimento fisioterapêutico.

Durante as observações e posteriormente no estágio percebeu-se que a aluna estava em processo de adaptação ao ambiente escolar, por vezes, demonstrava-se agitada. A maneira que a aluna demonstrava carinho aos seus colegas muitas vezes era através de puxões de cabelo e tapas, gostava de cantar e apresentava ecolalia⁴. Notou-se que a aluna tentava se aproximar dos colegas, mas alguns evitavam esse contato. A aluna estabelecia pouco diálogo e quando se referia a ela, utilizava a 3ª pessoa do singular para narrar-se, como por exemplo, “D” QUER ÁGUA. Em relação à aprendizagem percebeu-se que a aluna não reconhecia as letras e números, sabia os nomes das cores, mas não as identificava.

⁴Ecolalia é um distúrbio na fala e consiste na repetição involuntária e inconsciente de palavras, frases ou conversas ouvidas.

Para a construção da proposta pedagógica para o estágio de Déficit Cognitivo foi de extrema importância a inserção da pesquisadora nos diferentes espaços da escola em que a aluna estava inserida. Através das observações foi possível conhecer as peculiaridades da aluna e acompanhá-la na sala de aula, no AEE e no pátio da escola. Salientando que era primeiro ano escolar da aluna e ela encontrava-se na Pré-Escola nível AI com seis anos e sua turma era composta por crianças com faixa etária de aproximadamente quatro anos.

Enquanto observava surgiram alguns questionamentos que foram acrescentados na construção da proposta, pois se acreditava que eram relevantes para o desenvolvimento da mesma. No ano de 2014 a escola estava tendo pela primeira vez uma profissional da Educação Especial, mas a escola já vinha trabalhando na perspectiva da inclusão algum tempo. Acompanhando a Educadora Especial na sala de aula com a aluna e no AEE foi que a pesquisadora começou a questionar-se sobre o papel da Educadora Especial e do AEE nesta escola. Devido a isso, foi promovida a conscientização dos professores sobre o papel do Educador Especial e do AEE na escola.

Em relação à docência colaborativa enquanto pesquisadora tinha-se como pretensão a colaboração no que fosse necessário no espaço da sala de aula. Desta forma, buscou-se adaptar os objetivos propostos pelo planejamento semanal da professora regente da turma. Para isso foi necessário o acesso aos planejamentos semanais com antecedência e a busca de alternativas metodológicas necessárias para a aluna participar e realizar as atividades e brincadeiras propostas.

Como era o primeiro ano em que a aluna estava inserida no espaço escolar percebeu-se que ela estava em processo de adaptação ao ambiente escolar. Assim buscou-se motivar na aluna a socialização com seus colegas através das brincadeiras planejadas com a professora regente da turma.

No espaço do AEE o objetivo era estimular a aluna com recursos alternativos diferenciados e que pudessem contemplar o aprendizado e a compreensão do que lhe era ensinado, assim o objetivo geral para o estágio era: promover a compreensão do que lhe é ensinado nos diferentes espaços da escola em que ela estava inserida através dos recursos alternativos que lhe era ofertado.

Em um primeiro momento foi necessário estimular e possibilitar que aluna se reconhecesse, tivesse consciência do “eu” através de atividades de reconhecimento corporal e relaxamento corporal infantil, utilizando músicas relaxantes, também foram proporcionados momentos em que a aluna precisasse falar de si. Foi estimulada a linguagem oral da aluna, através da contação de histórias e músicas, incentivado o desenvolvimento da motricidade

ampla e fina promovendo atividades ao ar livre, explorando os diferentes espaços que a escola oferecia buscando trabalhar com a aluna individualmente nestes espaços da escola para ela se adequasse aos ambientes escolares e posteriormente utilizasse os mesmos juntamente com sua turma.

Sendo assim, a pesquisa buscou problematizar a utilização das mídias impressa e informática no contexto escolar e o que acrescentou no desenvolvimento da aluna. Através de uma análise nos planejamentos propostos para aluna, que estão no relatório que foi construído, sob orientação da Professora Dr^a Leandra Bôer Possa, apresentado ao curso de Educação Especial – Licenciatura Plena, como requisito parcial de aprovação na disciplina de Estágio Supervisionado/Déficit Cognitivo.

4.2 Segunda etapa: Alguns planejamentos desenvolvidos utilizando as mídias impressa e informática entre outros recursos

Na primeira semana foram abordados conteúdos no AEE como, esquema corporal, estímulos visuais e auditivos, com os seguintes objetivos: compartilhar ambiente e tempo de relaxamento corporal; estabelecer comunicação se utilizando da linguagem oral e das expressões corporais. Utilizou-se como recurso um *notebook* na sala de AEE, o qual foi utilizado durante os três meses da proposta. Todos os planejamentos do AEE eram iniciados com um período de relaxamento corporal devido às tensões diárias da aluna (figura 2). Utilizando o programa *Windows Media Player* para a reprodução da música *Efecto Mozart – Para acalmar e dormir*. Esse relaxamento começou com movimentos simples e fomos intensificando com o passar dos atendimentos.

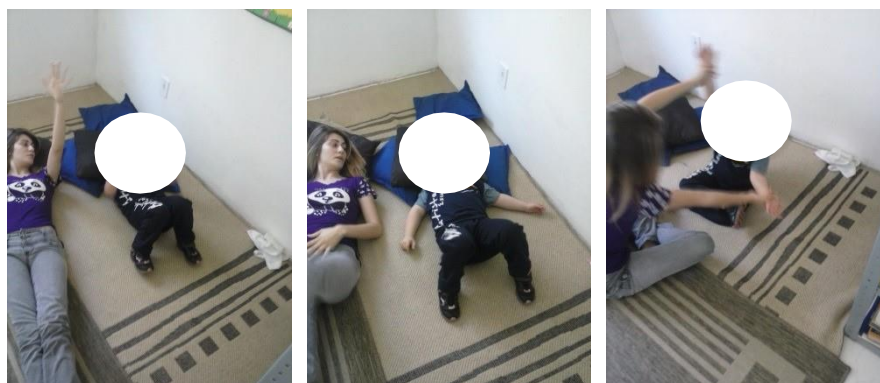


Figura 2 – Fotos do relaxamento corporal com música.

Fonte: Pesquisadora – Todas as fotografias tem consentimento da mãe da aluna.

Para outro momento utilizando o *Windows Media Player* para a reprodução do vídeo “*Dona Aranha*”. Para o primeiro momento o vídeo ficou livre para a aluna assistir. Após o vídeo foi sendo pausado e algumas perguntas foram feitas para a aluna referente à imagem que o vídeo era parado, por exemplo, por que a Dona Aranha caiu? Onde está o sol? A chuva? As árvores? E assim por diante explorando o vídeo.

Os atendimentos no AEE e as atividades, brincadeiras, rotina da sala de aula, diferentes espaços da escola nos quais a aluna frequentava juntamente com sua turma, eram registrados (fotos e vídeos) através da câmera do celular e posteriormente passadas para o *notebook* para uso com a aluna.

A partir dos registros feitos foi trabalhado com a aluna o conteúdo de imagem corporal com o objetivo dela se identificar representada nas fotos, buscando estimular e possibilitar que aluna se reconhecesse, tivesse consciência do “eu” através de atividades de reconhecimento corporal. Primeiramente a aluna olhou algumas fotos dela nos diferentes momentos em sua rotina escolar. Utilizando o *notebook* para essa atividade. Cada foto foi explorada de maneira que ela se reconhecesse, reconhecesse seus colegas, professores, em que local estava e o que estava fazendo. Posteriormente a aluna recebeu quatro envelopes coloridos e em cada um deles tinha uma foto impressa sua e esta foto também estava disponível em quebra-cabeça para a aluna montar. Portanto cada envelope tinha duas fotos iguais, uma que era o quebra-cabeça e outra que a aluna usaria para se guiar para montar a outra foto. As fotos retratavam a aluna em diferentes momentos e espaços (figura 3). Sendo assim, cada foto foi explorada de maneira que a aluna se reconhecesse e dissesse o que estava fazendo.



Figura 3 – As fotos retratam a aluna em diferentes momentos e espaços (Atividade imagem corporal).

Fonte: Pesquisadora – Todas as fotografias tem consentimento da mãe da aluna.

Em cada foto mostrada e explorada a aluna se reconheceu e disse o que estava fazendo. Os quebra-cabeças não foram utilizados pela aluna, ou seja, não lhe chamaram a atenção. Nesta atividade percebeu-se o quanto ela gostou das fotos (figura 4), portanto o recurso escolhido para a aluna se reconhecer foi satisfatório. Embora nem todo o material tenha sido utilizado, é importante se proporcionar que a criança possa ter possibilidades para fazer a sua escolha.

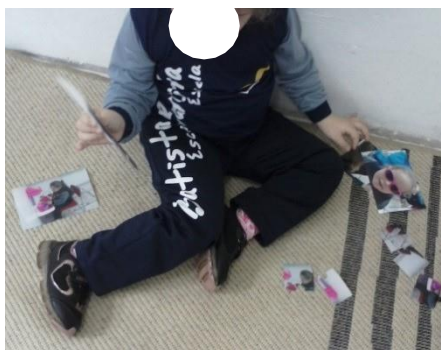


Figura 4 – Atividade imagem corporal.

Fonte: Pesquisadora – Todas as fotografias tem consentimento da mãe da aluna.

Devido ao gosto da aluna por músicas, ao final dos atendimentos separava uma música que complementasse o planejamento para escutar e realizar a coreográfica ou dançar. Como por exemplo, trabalhando esquema corporal, em um dos atendimentos realizou-se um relaxamento e reconhecimento do próprio corpo. Ela recebia os comandos, colocava a mão na cabeça, no joelho, e assim por diante. Ao final desse momento utilizando o programa *Windows Media Player* para a reprodução da música *Cabeça, ombro, joelho e pé*, música da Xuxa. Desenvolvendo algumas questões de higiene pessoal com a aluna em um dos planejamentos, objetivando ensinar e estimular os hábitos de higiene pessoal e identificar e promover a utilização dos objetos de higiene pessoal foi desenvolvido ações com a aluna de lavar as mãos, escovar os dentes, pentear os cabelos e cortar as unhas e lixá-las. Buscando verificar através do diálogo durante estes momentos, os conhecimentos prévios da aluna em relação à higiene pessoal. Finalizou-se este momento com algumas músicas relacionadas à higiene: *O sapo não lava o pé*, *Ratinho escovando os dentes* e *Ratinho tomando banho* – *Rá-Tim-Bum*.

Na sala de aula a professora da turma utilizava como recurso a *TV*. Os alunos tinham momentos para assistir desenhos, filmes e escutar músicas. Momentos estes em que a aluna aproveitava e se divertia.

A escola utiliza livros didáticos desde a Educação Infantil. Livros de português e matemática. Esse material impresso em algumas atividades era necessário ser adaptado para a aluna.

A aluna demonstrava interesse pelos livros de histórias infantis. Quando íamos à biblioteca ela explorava diversos livros. Em um dos atendimentos individuais a aluna explorou alguns livros, mas o objetivo era trabalhar com dois livros de animais, texturas e sons. Buscando estimular a memória auditiva, visão e tato através dos livros. Foi trabalhado com a aluna o reconhecimento do respectivo animal, após a exploração da textura e por fim o som (figura 5). Ela reconhece os animais domésticos e os demais ela troca os nomes.



Figuras 5 – Atividade de exploração de Livros.

Fonte: Pesquisadora – Todas as fotografias tem consentimento da mãe da aluna.

A turma seguia uma rotina semanal com atividades diferenciadas, entre elas, o uso da informática, educação física, momento da leitura em sala de aula ou biblioteca, entre outras atividades. Pode se ver a aluna explorando os livros junto com a turma (figura 6).



Figura 6 – Momento da leitura na biblioteca.

Fonte: Pesquisadora – Todas as fotografias tem consentimento da mãe da aluna.

As atividades eram articuladas e pensadas especialmente para a aluna. Pensando sempre em obter diferentes avanços significativos nas diferentes áreas da aprendizagem e desenvolvimento. Estimulando ao máximo para a aluna obter também os objetivos elaborados para cada planejamento.

5 RESULTADOS

Após observações e intervenções tanto em sala de aula como nos atendimentos individuais verificou-se que a aluna “D” obteve avanços significativos em diferentes aspectos, mas necessitando ainda de estímulos.

Quanto à relação social com seus colegas a aluna em sala de aula mostrava-se agitada e dificilmente participava das atividades, com a inserção da pesquisadora a aluna passou a participar das atividades e brincadeiras propostas. Passou a interagir com seus colegas através de brincadeiras dirigidas, como por exemplo, brincadeiras que envolvessem a cozinha infantil, utilizando as panelinhas para fazer comidas, etc.

Em relação aos aspectos cognitivos a aluna obteve avanços no que se refere ao reconhecimento corporal. Ela reconhece as partes do seu corpo, mas ainda não se reconhece representada no espaço. Sendo assim, a aluna necessita ainda de estímulos e atividades que ajudem na representação corporal.

Durante o estágio foram trabalhados com a aluna movimentos corporais através do relaxamento corporal e outras atividades, e assim saliento o quanto foi importante estes momentos para a aluna obter controle do seu corpo nos diferentes espaços escolares em que esta inserida, sendo que esta é uma necessidade de crianças que tem esta síndrome.

A aluna gosta de cantar e tem facilidade em relação à memória auditiva. Através das músicas infantis que a mesma demonstrava gosto, era utilizada para estimular a fala e coordenação motora ampla através de danças.

A utilização de algumas tecnologias favoreceu e contribuiu para o desenvolvimento da aluna. Buscando enriquecer o processo de ensino utilizou-se de ferramentas para integrar as atividades desenvolvidas na sala de aula e no AEE.

De acordo com o exposto acima, acredita-se na necessidade da aluna ser estimulada em diferentes aspectos, mas salienta-se a importância de desenvolver sua autonomia no que tange as atividades de seu cotidiano. Além disso, é necessária a continuação do trabalho que foi realizado em relação ao controle de suas ações nos espaços em que esta inserida por

profissional que consiga dar conta de suas especificidades, adaptando o trabalho as suas necessidades de aprendizagens.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse trabalho conclui-se que foram alcançados os objetivos traçados no momento inicial da trajetória da pesquisa, buscando sempre relacionar as teorias com a prática, para assim obter sucesso no desenvolvimento das habilidades e potencialidades a serem desenvolvidas pela aluna pesquisada.

Percebeu-se que são poucos os trabalhos divulgados integrando as mídias com alunos síndrome de down na educação infantil. Acredita-se que houve avanço no desenvolvimento da aluna, reforçando a certeza de que de alguma forma o uso de recursos tecnológicos e das mídias impressa e informática no apoio a atividades personalizadas contribuíram no processo de ensino aprendizagem da mesma.

Quanto ao desenvolvimento profissional da pesquisadora referente a essa prática, é possível dizer que houve aprendizagem e crescimento, na atuação no AEE quanto em sala de aula, que foram possíveis através do compartilhamento de conhecimentos com diferentes alunos e professores na interação com alunos com diferentes idades e necessidades distintas.

A utilização das tecnologias como ferramentas de ensino-aprendizagem podem proporcionar novas formas de interação entre os alunos e o objeto de estudo/conhecimento e possibilitar um trabalho de criação e autoria, a partir de desafios propostos a todos os alunos e também aos alunos com deficiência, desde que sejam adaptados ao seu interesse e suas possibilidades.

Esse trabalho é um recorte da pesquisa “Estágio Supervisionado/Déficit Cognitivo” apresentado em 2014. Desde então acompanho a vida escolar da aluna, pois atuo na escola como Educadora Especial. A aluna encontra-se incluída no 3º ano do Ensino Fundamental e a maioria de seus colegas permanecem os mesmos. O desenvolvimento da aluna é constante e satisfatório. Todos os profissionais envolvidos trabalham de forma multidisciplinar e utilizam diferentes recursos para contribuir no processo de desenvolvimento da aluna, mas também dos seus colegas.

Através do distanciamento do trabalho e da pesquisa percebe-se que é possível ainda acrescentar novas atividades e adaptações nos planejamentos realizados, dando continuação e desafiando ainda mais a aluna e os alunos envolvidos. Sendo assim, é possível afirmar que os

alunos com Déficit Cognitivo são alunos capazes como quaisquer outros, apenas necessitam de investimentos das diferentes esferas sociais, ou seja, família, escola e sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. M. C. **Informática como Instrumento de Intervenção Psicopedagógica em crianças com Síndrome de Down**. Estudo de caso apresentado como finalização do Curso de Psicopedagogia Institucional Hospitalar e Clínica pela Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia – FACCEBA. Salvador. 2009.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. 2017.

BRASIL. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Parecer n CEB 22/98, de 17 de dezembro de 1998. Aprova **as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Resolução 04 de 2 de outubro de 2009. Diário Oficial da União. Brasília, DF, de out. 2009.

CARNEIRO, Maria Sylvia. **Adultos com Síndrome de Down: A deficiência Mental como produção social**. Campinas: Papyrus, 2008.

DAINÊS, Débora. **A inclusão escolar de criança com Deficiência Mental: Focalizando a noção de compensação na abordagem histórico-cultural**. Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Piracicaba, SP. 2009.

FANTIN, M. **Mídia-educação: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

HONNEF, C. As dificuldades dos professores frente à implementação de uma proposta educacional inclusiva. In: **IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE e III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA**. Curitiba – PUCPR, 2009.

KRAMER, S. **Infância e educação: o necessário caminho de trabalhar contra a barbárie**. (Mimeo), 2005.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23/12/1996, p.27.833. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em 10/09/2018.

LÓPEZ MELERO, Miguel. **El proyecto Roma**. Ediciones Aljibe, 2003.

MALESCZYK, S. M. **Educação Inclusiva: Um estudo sobre o uso das mídias nas salas de recursos multifuncionais do município de Imbé/RS**. Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito para a obtenção do grau de Especialista em Mídias na Educação, pelo centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CINTED/UFRGS. Porto Alegre. 2015.

MERCADO, LUÍS PAULO LEOPOLDO (ORG.). **NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA**. MACÉIO: EDUFAL, 2002.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **VIGOTSKY: Aprendizado e Desenvolvimento, um Processo Sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2002.

POMBAL, A. A. **O Papel da Informática na Aprendizagem em Crianças e Adolescentes Portadores de Deficiências Cognitivas**. Dissertação realizada no Âmbito do Mestrado Integrado em Engenharia Informática e Computação. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto – FEUP. Março, 2009.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Imprensa Oficial, Brasília: 1998.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

VIGOSTSKI, Lev Semenovich. **Obras Escogidas Fundamentos da Defectologia**. Madrid: Visor Distribuciones, 1997.